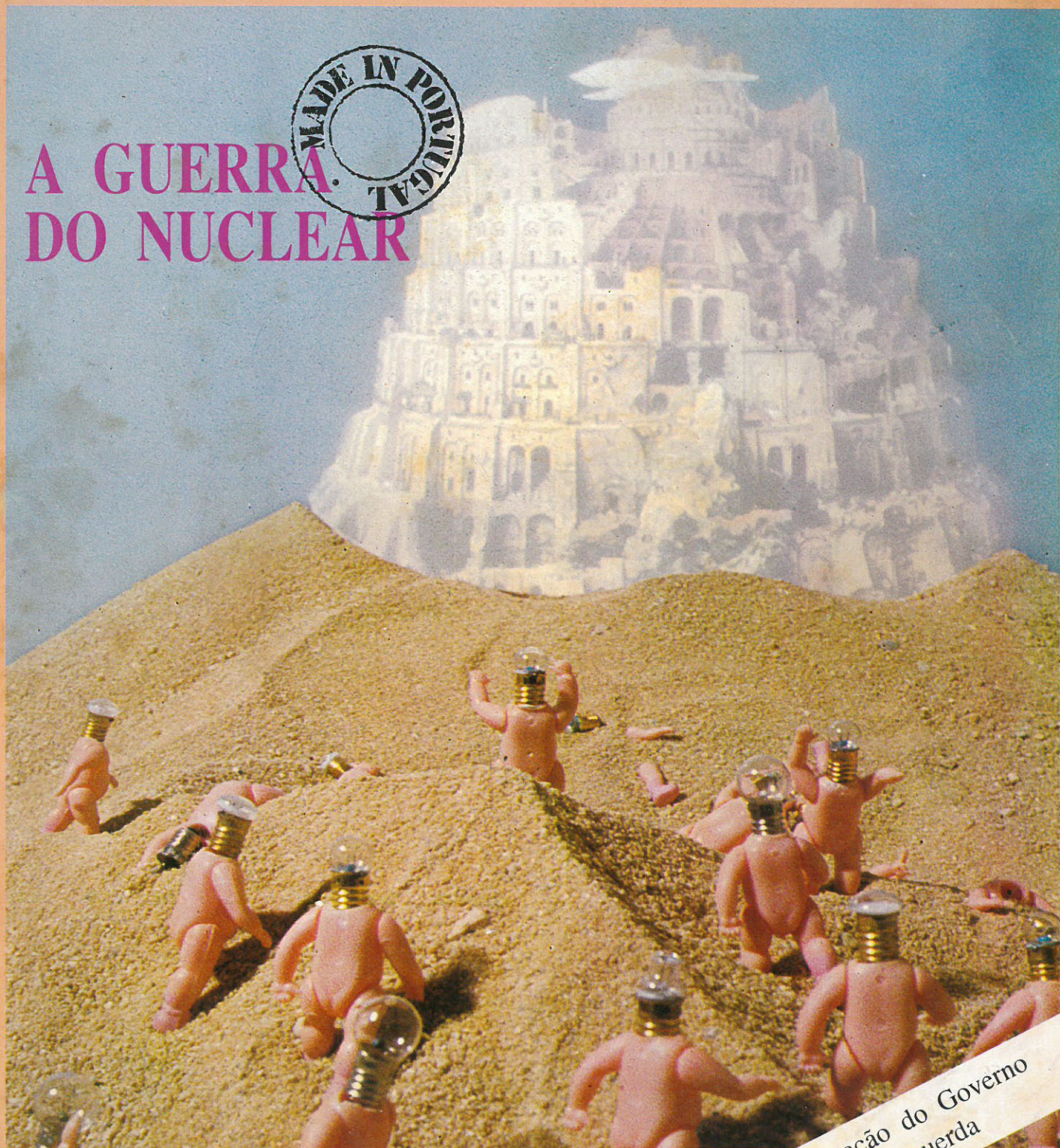


# PLURAL

FMI: Negociação Obscura — José Rebelo **4** Arraiais e Romarias — Manuel Pinto **15** Boi para Palácio — Armando Trigo de Abreu **22** Reinventar a Escola — Maria Sousa Tavares **26** Da Liberdade ao Estado Democrático — Francisco Salgado Zenha **29** Os Corpos da Praia — José Cortês, Pedro Silva Dias **41** Cartas de Iniciação e Mistério — Alberto Pimenta **45** Em Busca da Esquerda — Eduardo Lourenço, António José Saraiva, Miguel Serras Pereira **46** Carta de Itália — José Sasportes **56** Vila d'Arcos — Sophia de Mello Breyner Andresen **59** Arte e Psicanálise — Mário Casimiro **60**

1

## A GUERRA DO NUCLEAR



● Sondagem: A Cotação do Governo  
● Em Busca da Esquerda

# Em Busca

Alemanha). Se calhar até podem!? Podem-se somar (caso da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, ou será esse um caso de subtração?), podem multiplicar no seu seio os esforços pela paz e dividir uns pelos outros o esforço de guerra. Seja como for, eu é que continuo a curtir muito aqueles plurais em que Mário de Sá-Carneiro foi mestre: «Tapetes de outras Pérsias mais Oriente...» (Khomeini?); «Cortinados de Chinas mais marfim...» (Mao ou os gnomos seus sucessores?); «Novas Bizâncios-Alma, outras Turquias» (Belo slogan, este do «outras Turquias», próprio para pôr em cima da mesa numa reunião da Nato, para que se veja não só como os nossos políticos sabem de poesia, mas também como os nossos poetas sabem de política. País de versos. Versátil).

No entanto, de tudo, tudo, tudo quanto no plural português é singular e digno de espanto, há um fenómeno que sempre me deu que pensar. Por causa das eventuais implicações teológicas que tem. Trata-se do plural das palavras que no singular já terminam em s. Eu, no tempo em que ensinava português, até engendrei uma regra de três excepções para os alunos perceberem o vasto alcance do assunto. Era assim:

**REGRA:** em português, as palavras cujo singular termina em s não alteram a forma no plural. exemplo: um alferes, dois alferes, três alferes, os alferes todos que se quiser.

**EXCEPÇÃO:** exceptuam-se as palavras terminadas em s no singular, mas acentuadas na última sílaba. exemplo: um chinês, dois chineses, três chineses, os chineses todos que se quiser.

**EXCEPÇÃO:** exceptuam-se as palavras acentuadas na última sílaba, se nesta houver ditongo. exemplo: um cais, dois cais, três cais, os cais todos que se quiser.

**EXCEPÇÃO:** deus. um deus, dois deuses, três deuses, os deuses todos que se quiser.

Deus é a excepção da excepção da excepção da regra, ou, por outras palavras, a tripla-excepção. Um aluno literano disse-me um dia depois de ter aprendido a regra: «Para revelar seus milagres e mistérios, Deus tem suas línguas de eleição. Nós alemães é a multiplicação dos pães e dos peixes, vocês em Portugal é o mistério da Trindade». Uma outra aluna, que tu não conheces, essa berlinense e creio que pouco ou nada crente, ouvindo a conversa, disse: «Não, nada disso, isso é mas é um plural majestático!» Parece que ainda a estou a ouvir. Era alentada e usava grandes decotes. Plural majestático!? Porque não? Na altura fiquei com vontade de me debruçar no assunto. Talvez ainda não seja tarde, que achas?

**ALBERTO PIMENTA**

\* Almeida Garrett, *Magriço ou Os Doze de Inglaterra*. Lisboa 1978, Edições 70.

Com «um olhar sobre a política» muito próprio, o livro de João Martins Pereira, *No Reino dos Falsos Avestruzes*, lança alguns pontos de partida estimulantes e polémicos para o que o Autor entende ser uma necessidade urgente: a crítica de Esquerda da ideologia dominante na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril, implicando, em primeiro lugar, uma reflexão crítica da Esquerda sobre si mesma.

Pareceu a PLURAL que o trabalho de Martins Pereira poderia servir de abertura a um debate sobre a significação de palavras tão correntes como pouco claras: «socialismo», «democracia», «projecto», ou mesmo «política» — para citarmos apenas alguns exemplos expressivos. Assim, dado que os interlocutores maiores de João Martins Pereira, na sua polémica apaixonada, são António José Saraiva e Eduardo Lourenço, convidámo-los a darem-nos conta por escrito das suas leituras deste «olhar sobre a política», que repetidamente os visa do modo mais directo. Por outro lado, tentando alargar o debate que — «em busca da Esquerda» — agora abrimos e se prolongará nos próximos números da revista, publicamos igualmente um texto de Miguel Serras Pereira, que sublinha o alcance e as exigências preliminares da discussão entre João Martins Pereira e os seus dois interlocutores.

# da Esquerda

## Reinventar a Política

O livro de João Martins Pereira, **No Reino dos Falsos Avestruzes**, é um bom ponto de partida para o lançamento de uma interrogação sobre a esquerda, o socialismo e a própria dimensão da política enquanto tal, tema de um debate de fundo que a revista «PLURAL» se propõe reactivar. É o que, de resto, cada uma a seu modo próprio, as leituras, a seguir publicadas, que António José Saraiva e Eduardo Lourenço fizeram de Martins Pereira, contribuem para pôr em evidência.

Pelo meu lado, nos anos quentes de 1974 e 1975, lembro-me de pensar e dizer em conversas com amigos que o melhor seria, perante as confusões e mistificações ambientes, deixar de lado a palavra «socialismo», explicitando em vez disso as ideias e propostas que, capazes de atualizarem o projecto de uma sociedade auto-governada, igualitária e liberta, dispensassem a garantia do rótulo, de há muito tornada mais que duvidosa.

A exigência de explicitarmos o que queremos dizer que somos, quando dizemos ser partidários da autogestão ou do socialismo, parece-me manter-se plenamente actual. Não se trata de nos desfazermos da história e das suas tradições, recomeçando a partir de zero novas alternativas e projectos. Porque é sempre a partir de alguma coisa que já lá estava antes, e não só principalmente contra o que há, que afirmamos a nossa capacidade de inventar. Assim, o critério da «emancipação», através do qual João Martins Pereira se propõe reformular o que significa ser de esquerda, é um bom exemplo do modo pelo qual, quando se trata de pensar para além dos «clássicos» do marxismo, se redescobrem nascentes mais antigas do que Marx: onde ele, por vezes, bebeu o melhor da sua inspiração; que, outras vezes, esqueceu ou desprezou, e que, em todo o caso, a sedimentação ideológica do marxismo contribuiu para entaipar.

Há ecos, conscientes ou não, dos movimentos radicais pré-marxistas em muitos dos progressos mais sensíveis do pensamento actual de João Martins Pereira. É um facto com que só nos podemos congratular, se tivermos presente como o movimento socialista nasce do aprofundamento das exigências democráticas e radicais dos fins do século XVIII e dos princípios do século passado. O igualitarismo, por exemplo, é uma consequência lógica da reivindicação dos direitos individuais (longe de ser o seu contrário, o contrário das liberdades, como hoje vai sendo moda declarar); surge como um corolário do direito dos indivíduos a afirmarem a sua liberdade (ou a sua «diferença») na plenitude da respectiva potencialidade.

Mais ainda: na passagem do plano jurídico ao plano social (que o efectiva ou compromete), irá aprofundar as suas exigências democráticas e libertárias de modo a descobrir a política para além da sua definição pelo Estado e em luta contra os limites da encenação da política no quadro da ordem instituída.

Este desafio a repensarmos a política, quando pretendemos repensar e reinventar a democracia e o seu conteúdo social mais pleno, torna-se, por outro lado, extremamente actual frente a certas questões que uma leitura atenta de Martins Pereira não pode deixar de suscitar. De facto, este último, embora tome como ponto de partida das suas reflexões a ideia de que a esquerda deverá aceitar, durante um longo período, o luto pelo poder de Estado, parece considerar ainda a arena que esse poder define como o campo de acção, em última análise, decisivo. A intervenção cultural surge como um refúgio honrado em tempos de refluxo, e como não há perspectivas próximas de uma tomada do poder pela esquerda, as questões de organização primam pela ausência nas reflexões polémicas do autor.

Ao mesmo tempo — ou alternadamente —, João Martins Pereira tende a condenar a esquerda a um lugar anterior ou posterior à política de todos os dias, fazendo-o não em nome de uma exigência política nova, mas porque a política da vida quotidiana se confunde, no seu discurso, com o «serial» ou o «inerte» sartreanos. Por isso, exceptuados alguns grandes momentos heróicos, a esquerda, «campo de tensão», só pode aqui assumir-se como eterno futuro, sem história nem carne: ela é «a tensão do inventor antes da invenção, do descobridor antes da descoberta, do poeta antes do poema — enfim do criador antes da criação». Não sei, mas talvez sejam de lembrar a este propósito algumas verdades bastante elementares: a de que é o poema que faz o poeta e modula, de certo modo retroactivamente (mas que sabemos nós do tempo, quando ele transborda tanto os cânones da duração?), a tensão anterior ao poema — e que, do mesmo modo, sem descoberta não há descobridor, nem criador sem criação.

Esta atitude, tendente a iludir a questão do poder e das alternativas à sua forma estatal de organização dominante, acaba por ser subsidiária da óptica burocrática e do cinismo dos políticos de profissão. Parece-me urgente, em vez de deixarmos assim a política de todos os dias às «autoridades competentes», lavando daí as nossas mãos, aplicarmo-nos na invenção quotidiana de outras formas de organização e de acção, novos conteúdos e perspectivas — numa política outra, concebida, na linha de pensamento de Castoriadis, como actividade autónoma (e autonomizante) que visa nos outros (e com eles) a sua autonomia. Perante os poderes instituídos, trata-se de afirmarmos a potência de uma política diferente.

É verdade que a «emancipação», de que fala João Martins Pereira, não poderá jamais ser garantida por uma ou outra fórmula teórico-institucional definitiva. Jamais, por conseguinte, à esquerda há-de faltar futuro ou horizonte em aberto para os projectos que a alimentam: jamais, contanto que hoje saibamos lutar pelo menos quanto baste para que isso não venha a ser proibido do lado de fora e esquecido (isto é, recalçado) do lado de dentro de nós. E esta luta não pode ser apenas tensão antes da luta, apenas sonho antes da invenção.

A antiga concepção grega da democracia, de que somos também herdeiros, formulava-se na exigência de que o poder político não pertencesse a um grupo hierarquicamente especializado ou profissional dentro da cidade: pelo contrário, o poder político, era preciso que se encontrasse a igual distância de todos os seus membros. O movimento socialista retoma esta exigência e aprofunda-a, ao longo das suas vertentes radicais — democráticas e libertárias: nascentes fecundas, cuja sede em nós a história posterior não pôde ainda mitigar, sede de auto-governo colectivo e de autonomia individual, que a institucionalização do marxismo em doutrina de Estado e em mito totalitário pode por vezes condenar ao mutismo ou ao quase inominável, mas não aniquilar.

É tempo de bebermos, dir-se-ia, tanto mais que sabemos bem ser, felizmente, impossível beber de uma vez por todas as águas andantes desta tradição. E depois, como limitáramos, sem a renegar, esta herança à condição de um suplemento de alma — ou de desejo ou de projecto — da sociedade burocratizada, de «multidões solitárias» e de indivíduos funcionarizados à peça, aos quais a situação numa escala hierárquica, idêntica para todos e brutalmente homogeneizadora, é oferecida como única via de afirmação «pessoal»?

Repensar a esquerda, a democracia e o socialismo — em Portugal e no mundo, para hoje e amanhã? Sem dúvida, se não nos esquecermos que é de reinventar a política, a natureza das instituições e a nossa relação com elas — actividade quotidiana e de reanimação do quotidiano — que, afinal, se trata.

MIGUEL SERRAS PEREIRA

## Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda

Outrora até o futuro era melhor  
Karl Valentin

Talvez o que mais convenha discutir no «olhar sobre a política» de João Martins Pereira seja o menos político, quer dizer, o menos imediato. Neste campo, as suas reflexões, análises, diatribes, se deixarmos de lado questões de tom e estilo, denotam uma sensibilidade e exprimem reflexos análogos dos de outros comentadores do nosso «vívido» contemporâneo. Acresce ainda que uma das contribuições mais interessantes de **No reino dos falsos avestruzes** diz respeito à leitura de certos discursos «culturais» de incidência política no post-25 de Abril. Tudo impõe, pois, que se confira ao «cultural» e à ordem dos princípios nele explícitos ou implícitos, um interesse superior ao do mero diagnóstico do nosso presente político enquanto processo da «ilusão» ou das «ilusões» de Esquerda cientemente cultivadas.

Arranca o breve ensaio-panfleto de Martins Pereira da vontade polémica, natural e fecunda, de contrapor um modelo de análise histórico-social das «realidades portuguesas», menos contestável, por menos mítico ou até mistificador, que outros em circulação após o 25 de Abril. Numa perspectiva onde convergem modelos caros à historiografia de índole positiva e racionalista, mas sobretudo dependentes da área sociológica ou da económica, J. Martins Pereira recusa a tentação «idealista» de atribuir um estatuto de «sujeito» a uma realidade tão complexa, descentrada, variável no espaço e no tempo, como uma sociedade dada, uma «nação», «um país». Concretamente, o autor de «No reino dos falsos avestruzes» não admite a hipótese de tratar uma sociedade em termos globais, como uma «entidade», «sujeito de qualquer acção» como o fazem, segundo ele, todos os que, por exemplo, instituem «Portugal» como sujeito histórico. Grave questão levanta aqui J. Martins Pereira e que, para além da querela que dividiu a sociologia nos tempos de Durkheim e Tarde, nos remete para a questão que durante séculos exasperou o pensamento medieval. João Martins Pereira opta, à primeira vista, pela solução *nominalista*. Assim, «Portugal» é a mera designação de um certo «viver colectivo», cujas

manifestações e modalidades são *a resultante* de múltiplas interacções e relações de dominação/submissão entre os seus componentes — indivíduos e grupos sociais *relativamente homogéneos* — e entre estes e o exterior», para citar os termos do próprio autor.

Muito logicamente, conclui J. Martins Pereira que um conjunto tão aleatório e inorgânico não é *sujeito activo*. Todavia, se a sua exigência crítica se radicalizasse um pouco mais, teria de concluir também que aquilo que ele *substantifica* designando-o por «grupo social», «viver colectivo» ou mesmo «indivíduo» é, por sua vez, *resultante* de múltiplas interacções, etc., avaliando assim a noção de «indivíduo» ou de «elemento» ou quaisquer outras que se ofereçam no universo do discurso. Com um pouco mais de exigência chegaria à única conclusão radical: não é possível *falar* sem admitir que a linguagem é o lugar da manifestação de um *sentido* prévio, conferido pela designação ao seu objecto, cuja essência não se baseia num acordo (improvável e inexequível) entre o nome e a coisa nomeada, mas no consenso implícito na utilização mesma da linguagem. Antes de ser «a resultante» de tais e tais componentes materiais, sociais, simbólicas (que sem dúvida é) «Portugal» é justamente apreendido, analogicamente, como *sujeito activo*, na medida em que é sociedade no tempo, história, conjugação de destinos individuais que se apercebem entre si com algo comum e a si mesmos se deram as formas institucionais em que o mero individual se transcende e se constitui como projecto vital em confronto com o de outras comunidades. É a esse *sentido* que nós damos um nome e é em função dele que a nomeação nos serve de suficiente moeda de comunicação.

Como toda a realidade humana, uma sociedade é *projecto*. Importa pouco que esse «projecto» seja em dado momento apenas o de uma escassa minoria. É a sua manifestação que transforma um agrupamento aleatório em comunidade, a comunidade articulada em função das suas clivagens sociais em sociedade e a sociedade em nação, pela subordinação e hierarquização das próprias clivagens sociais a um projecto que implica «objectivamente» cada um dos seus membros.

É mais confortável para as exigências do senso comum imaginar, por exemplo, que a única e autêntica «História de Portugal» (que é «Portugal como História») é apenas a *história dos portugueses*. Acontece apenas que essa «história» não só não está escrita (na medida em que o pode ser...) como a ser escrita ficará imersa e receberá da «História de Portugal», quer dizer, da colectividade-sujeito activo as suas linhas de força e o prévio horizonte. Uma sociedade é já um destino. Não é a mesma coisa nascer na França de Mitterrand, no Chile de Pinochet ou no Malawi de Banda. Não é só em geral, ou no absoluto, que nascemos a bordo, como sugeriu Pascal, nascemos em embarcações particulares, os navios-nações da «Ode Marítima», e esses navios vêm de qualquer parte e pretendem ir para alguma espécie de porto, o seu particular futuro condicionado pelo futuro comum.

Pareceria lógico que a soma das particularidades, o conjunto dos destinos individuais equivalesse ou determinasse a forma do destino comum, mas este é qualquer coisa mais (ou diversa) da conjugação dos elementos. A título individual, milhares ou até milhões de cidadãos podem viver como indiferentes a esse destino mas nem por isso lhe escapam. Ser alemão entre 1933 e 1945 não era necessariamente partilhar o sentido imprimido pela sua classe dirigente ao povo alemão, mas era, por necessidade, ser afectado por ele, ficar implicado em actos e comportamentos que se volveram para cada alemão em «destino». Denegar a uma sociedade ou um povo o estatuto de *sujeito activo*, como quer J. M. Pereira, equivale a atribuir realidade «substância» unicamente ao *indivíduo*. Pode ser que visto de Sirius aquilo que nós concebemos como «história» seja apenas um prodigioso movimento browniano de percursos cruzados sem mais «sentido» que o dos fenómenos naturais. Macbeth não pensava outra coisa. Mas não é, em geral, assim que cada um de nós se apreende como existência, nem é assim que percebemos a existência social configurada no que chamamos uma comunidade ou uma nação.